



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

CÓPIA E IMPRESSÃO AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE OUTSOURCING

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 14MUNAMM25

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

MARÇO 2025



ÍNDICE

1. Identificação do procedimento	3
2. Entidade adjudicante	3
3. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
4. Fundamento da escolha do procedimento	3
5. Modo e prazo de apresentação da proposta	4
6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	4
7. Documentos e elementos que constituem a proposta	5
8. Apresentação de propostas variantes	7
9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações	7
10. Documentos de habilitação	7
11. Negociação	8
12. Critério de adjudicação	8
13. Assinatura eletrónica	10
14. Legislação aplicável	11
15. Lista de anexos	11
ANEXO I	12
ANEXO II	14
ANEXO III	15
ANEXO IV	16



1. Identificação do procedimento

O presente procedimento segue a tramitação do Concurso Público, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por “Cópia e Impressão – Aquisição de serviços em regime de outsourcing”, com locação de equipamentos multifuncionais e impressoras, respetivos acessórios, consumíveis e serviços de assistência técnica.

De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os contratos públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação: 79810000-5 – Serviços de impressão.

A sua tramitação ocorre integralmente na plataforma eletrónica AcinGov, acessível através do endereço: <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico geral@cm-armamar.pt

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar consta no despacho emitido pelo Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, nos termos do n.º I do artigo 36.º do CCP, conjugado com o disposto na alínea a), n.º I, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação.

4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento segue a tramitação do Concurso Público, de acordo com o disposto na alínea b), n.º I do artigo 20.º do CCP.



5. Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica, disponível em, <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, até às 23h59 do 9º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a proposta que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida anteriormente.

O prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são do júri do procedimento, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

No mesmo prazo devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, que atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, devam ser por si detetados.

O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se refere o nº anterior tem a consequência prevista no nº 3 do artigo 378º do CCP, aplicável por remissão do artigo 454º do mesmo diploma.

Para efeitos do presente procedimento consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;



- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o ao órgão competente para a decisão de contratar o Júri do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados nos termos do n.º 1 e o órgão competente para a decisão de contratar, pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Caso a pronúncia seja pela aceitação de erros e omissões, o órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

Independentemente do previsto nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, caso em que haverá lugar a prorrogação de prazo, nos termos do disposto no artigo 64º do CCP.

Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como, as decisões sobre as mesmas tomadas são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7. Documentos e elementos que constituem a proposta

As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos e elementos:

- I. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, e que constitui o



- Anexo I do presente programa do procedimento, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente, utilizando o formulário constante do Anexo II ao presente programa do procedimento, que deve ser enviado num ficheiro com extensão tipo “xls” ou “pdf”;
 3. Proposta – declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo - que deve conter a indicação do valor mensal e global proposto e dos valores unitários para as cópias excedentes a preto e a cores, tendo como valores máximos os que constam no n.º 3 da cláusula 24.º do caderno de encargos. Deve ainda ser indicado, (sob pena de exclusão, por se tratar de um atributo da proposta), o número de equipamentos alocados à execução do contrato, no estado novo;
 4. Memória descritiva que contenha a identificação (marca, modelo) dos equipamentos identificados pelas tipologias previstas nas especificações técnicas do caderno de encargos (tipo A a I), de acordo com o Anexo A ao caderno de encargos;
Nota: A identificação dos equipamentos de A a I, pela entidade adjudicante, não pressupõe que os equipamentos a propor sejam diferentes para cada tipologia. Podendo dar-se o caso do mesmo equipamento preencher os requisitos de mais de que uma tipologia;
 5. Fichas técnicas dos equipamentos propostos;
 6. Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no ponto 13 do presente programa do procedimento;
 7. Certidão permanente e se aplicável procuração;
 8. Quaisquer outros documentos que o(s) concorrente(s) considere(m) relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da(s) proposta(s).



Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até **duas casas decimais** para o valor mensal e global proposto e até **quatro casas decimais** para os valores unitários das cópias excedentes a preto e a cores.

A proposta mencionará expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.

Não é permitida a apresentação de proposta com alterações das cláusulas do caderno de encargos.

Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta são suportados integralmente pelo concorrente.

8. Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

10. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o Anexo IV do presente programa do procedimento, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de



- que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Comprovativo do registo do beneficiário efetivo, nos termos do n.º I do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- e) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º I do artigo 115.º do CCP.

11. Negociação

Não haverá lugar a negociação das propostas.

12. Critério de adjudicação

Nos termos da alínea a), n.º I do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela melhor relação qualidade-preço.

A pontuação das propostas será calculada de acordo com os seguintes fatores de avaliação:

- Fator 1: Preço global proposto;
- Fator 2: Preço unitário adicional da página a preto e da página a cores;
- Fator 3: Número de equipamentos novos.

A pontuação final corresponderá ao somatório das pontuações obtidas nos respetivos fatores (1 a 3), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\textbf{Pontuação Final} = 70\% \times \text{Fator 1} + 20\% \times \text{Fator 2} + 10\% \times \text{Fator 3}$$



É considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela que obtenha uma pontuação superior.

Densificação do **Fator 1**: Pontuação do preço global proposto

A pontuação é obtida através do quociente da diferença entre o preço base do procedimento e o preço global proposto, e o preço base do procedimento, vezes 100, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação} = [(73\,292,00 \text{ €} - \text{preço global proposto}) / 73\,292,00 \text{ €}] \times 100$$

Densificação do **Fator 2**: Pontuação do preço unitário adicional da página a preto e da página a cores

$$\text{Pontuação} = 50\% \times \text{pontuação do subfator 2.1} + 50\% \times \text{pontuação do subfator 2.2}$$

Densificação do **subfator 2.1**: Pontuação do preço unitário adicional da página a preto

A pontuação é obtida através do quociente da diferença entre o preço base da página a preto e o preço unitário adicional da página a preto proposto, e o preço base da página a preto, vezes 100, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação} = [(0,005\text{€} - \text{preço da pág. a preto proposto}) / 0,005\text{€}] \times 100$$

Densificação do **subfator 2.2**: Pontuação do preço unitário adicional da página a cores

A pontuação é obtida através do quociente da diferença entre o preço base da página a cores e o preço unitário adicional da página a cores proposto, e o preço base da página a cores, vezes 100, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação} = [(0,05\text{€} - \text{preço da pág. a cores proposto}) / 0,05\text{€}] \times 100$$

Densificação do **Fator 3**: Pontuação do número de equipamentos no estado novo



Não é exigido que sejam apresentados equipamentos no estado novo, porém, serão pontuadas/majoradas as propostas que indiquem para a execução do contrato a colocação de equipamentos no estado novo, de acordo com a seguinte pontuação:

Número de impressoras novas	Pontuação
1-4	20
5-8	40
9-12	60
13-16	80
17-19	100

Em caso de empate, serão consideradas as seguintes disposições de desempate (n.º 6 do artigo 74.º do CCP), pela seguinte ordem:

- a) A proposta que apresentar o menor preço global;
- b) A proposta que apresentar o menor preço das cópias a cores.

13. Assinatura eletrónica

Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.



14. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

15. Lista de anexos

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

Anexo II - Informação geral do concorrente.

Anexo III – Modelo de proposta, a que se refere o número 3 do ponto 7.

Anexo IV - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos



comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II - INFORMAÇÃO GERAL DO CONCORRENTE

[a que se refere n.º 2 do ponto 7 do presente programa do procedimento]

A1. Identificação do concorrente (se agrupamento, identificação do representante do agrupamento)																														
Denominação Social:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					1																								
Morada (Sede Fiscal):	<input style="width: 90%;" type="text"/>					2																								
Localidade:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					3																								
Código Postal: <small>(se não se aplicável)</small>	<input style="width: 80%;" type="text"/>	Concorre em Agrupamento:		<input style="width: 80%;" type="text"/>		12																								
País:	<input style="width: 80%;" type="text" value="Portugal"/>	<small>(Se seleccionou "Sim", indique os NIFs associados)</small>																												
NIPC:	<input style="width: 80%;" type="text"/>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #92d050;"> <th>Denominação</th> <th>NIPC</th> <th>Função no Agrupamento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>					Denominação	NIPC	Função no Agrupamento																					
Denominação	NIPC						Função no Agrupamento																							
Capital Social:	<input style="width: 80%;" type="text"/>																													
Matrícula Cons. Reg. Comercial de:	<input style="width: 80%;" type="text"/>																													
Sob o Número:	<input style="width: 80%;" type="text"/>																													
CAE N.º:	<input style="width: 80%;" type="text"/>																													
Região (NUTS II):	<input style="width: 80%;" type="text"/>																													
A3. Identificação dos órgãos sociais																														
<small>(Indicar todos os órgãos sociais, caso aplicável)</small>																														
Entidade fornecedora <small>(Em caso de agrupamento, indicar entidade)</small>	Nome do representante <small>(Assim o procedimento pré-contratual e o contrato)</small>	Função <small>(Cargo do Representante)</small>	NIF N.º <small>(Inscrição do Número)</small>	CC N.º <small>(Inscrição do Número)</small>	Telefone <small>(N.º Geral da Entidade)</small>	E-mail <small>(E-mail geral da Entidade)</small>																								
A4. Dados de contacto para o procedimento pré-contratual																														
Responsável de contacto:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					13																								
Cargo do responsável:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					14																								
Contacto telefónico:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					15																								
E-mail:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					16																								
A5. Dados de contacto para a gestão do contrato																														
Responsável de contacto:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					17																								
Cargo do responsável:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					18																								
Contacto telefónico:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					19																								
E-mail:	<input style="width: 90%;" type="text"/>					20																								



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA (a que se refere o número 3 do ponto 7)

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do processo de concurso a que se refere o anúncio do Município de Armamar, datado de de de 2025, declara que se obriga a executar a prestação do serviço de Cópia e Impressão – Aquisição de serviços em regime de outsourcing, em conformidade com o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos e demais documentação patenteada, pelo preço mensal de e preço global de, ao qual acresce o valor de cópias excedentes, fixado pela entidade adjudicante em 5 000,00€.

O valor unitário para as cópias excedentes a preto proposto é:

O valor unitário para as cópias excedentes a cores proposto é:

Mais declara que, no âmbito da execução do contrato, afetará (número de equipamentos) equipamentos no estado novo (e, se aplicável, os restantes equipamentos no estado usado).

Aos preços apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor de 23%.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

O Presidente da Câmara Municipal,
(assinado digitalmente)

